**Reunião Extraordinária – Ata nº 02/2012****Data** – 04-10-2012**Início** – 09.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 10.05 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho**A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos**Falta:** não esteve presente o Vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, por motivos profissionais.

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, para análise e discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Delegação de competências nos Serviços Municipalizados de Abrantes para intervenção na EN 118 - Alvega; - 91407

A Presidente da Câmara apresentou uma proposta de deliberação no sentido de delegar nos Serviços Municipalizados de Abrantes a realização da empreitada de Requalificação da E.N. 118 na localidade de Alvega, cujo valor estimado da obra se prevê em 590.499,79€ (quinhentos e noventa mil quatrocentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos), segundo o projetista CONSULJETO – Engenharia e Arquitetura, Consultores, Lda., englobando as seguintes intervenções: infraestruturas viárias; rede de águas de abastecimento; Rede de esgotos pluviais; rede de esgotos domésticos; telecomunicações e eletricidade. Ao Município de Abrantes caberá a transferência do valor de 395.080,90€ (trezentos e noventa e cinco mil e oitenta euros e noventa cêntimos).

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a delegação de competências nos Serviços Municipalizados de Abrantes para a realização da empreitada de Requalificação da E.N. 118 na

localidade de Alvega, cujo valor estimado da obra se prevê em 590.499,79€ (quinhentos e noventa mil quatrocentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos), cabendo ao Município de Abrantes a comparticipação do valor de 395.080,90€ (trezentos e noventa e cinco mil e oitenta euros e noventa cêntimos).

Mais deliberou a Câmara Municipal delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados a sua competência para autorizar as despesas relativas ao projeto acima referido, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.

À Assembleia Municipal para aprovação da assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.



Ponto 2 - Revisão do contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas no Município de Abrantes; - 91417

A Presidente da Câmara apresentou uma proposta dos Serviços Municipalizados de Abrantes no sentido de se proceder à alteração do contrato de concessão do serviço público de gestão de águas residuais urbanas.

Pediu desculpa pelo facto de ter sido convocada uma reunião extraordinária, mas que esta revisão se mostra urgente, e, uma vez que no próximo dia 12 de outubro de 2012 irá decorrer uma sessão também extraordinária da Assembleia Municipal, relativamente à reorganização administrativa territorial autárquica, sendo possível ainda enquadrar estes dois assuntos ainda na ordem de trabalhos respetiva, mostrou-se ser esta a melhor alternativa.

Referiu que o trabalho de revisão tem vindo a ser feito há bastante tempo, mas que se aguardava a emissão de parecer por parte da entidade reguladora – ERSAR, que consta da documentação disponibilizada.

Fez uma breve explicação sobre o ponto de situação do contrato de concessão atualmente em vigor, nomeadamente no que diz respeito aos investimentos concretizados, referindo-se igualmente aos investimentos futuros, no âmbito da revisão agora proposta.

Deu conta das reduções do tarifário que também se verificarão, nomeadamente ao nível da tarifa social, da tarifa aplicável às famílias numerosas e da tarifa doméstica aplicável a grande número de famílias no nosso concelho (reduzido consumo), o que se mostra benéfico, numa altura em que as famílias atravessam algumas dificuldades.

Apresentou também alguns considerandos e fundamentos relativamente ao que está na origem desta revisão, que constam da proposta de alteração do contrato apresentado pelos Serviços Municipalizados de Abrantes, de que se anexa cópia à presente ata.

Deliberação: por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a alteração ao contrato de concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas no Município de Abrantes, nos termos e com os fundamentos referidos na proposta apresentada pelos Serviços Municipalizados de Abrantes.

Submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos na alínea q) do nº 2 do artº 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Os Vereadores Santana Maia Leonardo e Belém Coelho apresentaram uma declaração de voto que, por ser extensa, se anexa à presente ata.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dez horas e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Stavira 10 B. N. N. N.

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Cetno Alexandre Justino Saul

Proposta de Deliberação

A Estrada Nacional 118 em troço de Alvega vai ser objeto de intervenção para implantação das infraestruturas de Rede de águas de abastecimento, de Rede de esgotos pluviais, e de Rede de esgotos domésticos. Em razão dos danos na via, torna-se necessária a repavimentação, sem prejuízo do aproveitamento de sinergias, para recolocação de outras infraestruturas em meio urbano.

Considerando que:

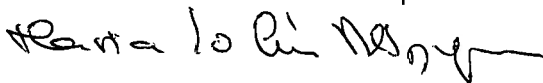
- a) O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA) apenas tem competência para autorizar despesas até ao montante de 149.639,37€, conforme o disposto no artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho;
- b) Os SMA, como dono da obra, de acordo com critérios de especialidade relevante considerados pela Câmara Municipal - sem prejuízo da repartição de encargos entre o orçamento municipal geral e o próprio da organização autónoma dos SMA - pretendem lançar procedimento público e executar a empreitada de "Requalificação da E.N. 118 na localidade de Alvega", que inclui as infraestruturas a intervencionar de: Rede de águas de abastecimento; Rede de esgotos pluviais; Rede de esgotos domésticos; Infraestruturas viárias; - Telecomunicações; Eletricidade;
- c) O custo de empreitada se estima superior ao limite acima referido, a saber **590.499,79 euros** para o total da obra, conforme orçamento de Junho de 2011, não incluindo IVA.;
- d) O projeto se inclui no plano plurianual de investimento dos SMA;
- e) Considerando ainda o disposto no artigo 29º do DL nº 197/99, 8/6;

Proponho que a Câmara Municipal de Abrantes delibere delegar no Conselho de Administração dos SMA a sua competência para autorizar as despesas relativas à empreitada acima referida.

Tendo ainda em conta que, o município assume, desde já, assegurar parte dos custos da execução da empreitada da obra, estando os mesmos estimados no montante de 395.080,90€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, os quais só terão efeitos no orçamento de 2013, em elaboração, ficando nele previstos, nomeadamente, no Plano Plurianual de Investimento para o período 2013-2016, mais se sugere que nos termos da al. c) do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a CM envie o presente processo para autorizar da assunção do compromisso plurianual por parte da Assembleia Municipal.

Abrantes, 3 de Outubro de 2012

A Presidente da Câmara Municipal



Maria do Céu Albuquerque

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

CONSIDERANDOS

1. A Câmara Municipal de Abrantes optou por concessionar o serviço público de gestão de águas residuais urbanas para assegurar níveis de cobertura e de qualidade de serviço consentâneos com os mais elevados padrões na legislação nacional e diretivas comunitárias. A concretização destes objectivos implica a realização de um avultado plano de obras e de um nível de empresarialização e de eficiência económica inabarcável para o Município. Nos termos da realização da proposta apresentada no Concurso Público Internacional para escolha da Concessionária foi assegurada uma determinada taxa interna de rentabilidade (TIR) accionista;
2. A 1 de agosto de 2007 foi celebrado entre as Partes o contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de drenagem e tratamento de águas residuais de Abrantes (daqui em diante designado abreviadamente por "Contrato de Concessão");
3. A 25 de Janeiro de 2008 iniciou-se o período do funcionamento normal da Concessão;

FUNDAMENTOS PARA A REVISÃO DO CONTRATO

1. A Câmara Municipal de Abrantes pretende promover um conjunto de medidas de carácter social que irão ter reflexo no tarifário em vigor, nomeadamente na criação do tarifário social e num tarifário específico para as famílias numerosas, de acordo com as recomendações emanadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e de Resíduos (ERSAR);
2. A experiência adquirida em quatro anos de gestão, revelaram necessidades de investimento que inicialmente não estavam previstos no processo apresentado a concurso, nomeadamente por questões ambientais e evolução demográfica.
3. Dentre as preocupações ambientais, destaca-se a salvaguarda da qualidade da água na Albufeira do Castelo do Bode, no rio Zêzere e na zona do Aquapolis, no rio Tejo. Com efeito, as principais captações de água para consumo humano,

quer a nível nacional quer para o concelho de Abrantes, situam-se no Castelo do Bode. A solução inicial previa ETAR na Carreira do Mato descarregando em linha de água que, por sua vez, drenava para a Albufeira a cerca de 1000 metros a montante da captação de Abrantes. Por outro lado, a ETAR de Aldeia do Mato situar-se-ia a menos de 200 metros a montante da praia fluvial de Aldeia do Mato, distinguida pelo terceiro ano consecutivo com bandeira azul em 2011.

4. Ainda no plano do ambiente e saúde pública, encontra-se o projeto municipal Aquapolis, um complexo de intervenções que criaram um espelho de água no Tejo, zonas de lazer, equipamentos de restauração e bebidas, desportivos e, ainda, a intenção de aí pôr a funcionar uma praia fluvial, estando a qualidade da água a ser monitorizada pela CCDRLVT. A qualidade da água, para esse efeito, exige elevado controlo nos efluentes que chegam ao Tejo o que implica melhorias no funcionamento dos equipamentos existentes mas também a execução de novos sistemas de saneamento nas localidades cujos efluentes drenam direta ou indiretamente para o Tejo.
5. O concurso de concessão e a proposta vencedora tiveram como base os dados demográficos dos censos de 2001. Ora, os resultados da gestão da concessão, aliás em linha e confirmados pelos dados preliminares dos censos de 2011, demonstraram um aumento para além do previsto dos efluentes que chegam à ETAR da Fonte Quente. Como esta ETAR tem fortes condicionalismos de expansão pela proximidade a zona de cheia, optou-se por ampliar a capacidade da ETAR dos Carochos dos 2500 habitantes equivalentes para 10 000, permitindo melhor servir toda a encosta sul que vai do casco histórico ao bairro do Casal da Preta e, assim, conter o aumento de caudal de efluentes que chegam à Fonte Quente.
6. Fora da concessão, como tal em situação de gestão direta pela Câmara Municipal, ficaram os sistemas de águas pluviais. Esta situação cria muitas disfunções de gestão por serem redes que, com frequência, têm interdependências. Os próprios munícipes tinham dificuldade em saber a qual das entidades recorrer, levando, por vezes, os diversos serviços (CMA, SMA e Abrantáqua) a atuar em sobreposição. Para melhor solução, como é referido na alínea b) do nº 3 do Artigo 5.º, Princípios gerais do decreto-lei 194/2009 de 20 de Agosto *"A gestão integrada dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas e de sistemas de saneamento de*

águas pluviais, de forma a maximizar economias de gama", a Câmara Municipal de Abrantes e a concessionária pretendem, com a inclusão dos sistemas de águas pluviais na concessão, reduzir os custos de gestão do sistema, uma vez que a concessionária já possui o pessoal e equipamento técnico para efetuar esta gestão;

7. A entrada em vigor do DL 194/09, de 20 de Agosto em 1 de Janeiro de 2010 altera o enquadramento legal do setor, estabelecendo princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, de eficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, tornando necessária a adequação do atual Contrato de Concessão. Isso mesmo é determinado no nº 2 do artigo 80º que diz: *"os contratos de concessão e os regulamentos de serviço vigentes no momento da entrada em vigor do presente decreto-lei devem ser adaptados ao mesmo no prazo de três anos após a data da sua publicação";*
8. A publicação por parte do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (hoje ERSAR) da Recomendação IRAR n.º 01/2009 referente à "Formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos" vulgo "RECOMENDAÇÃO TARIFÁRIA" e da Recomendação 2/2010 que define os "Critérios de cálculo para a formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos" vulgo "CRITÉRIOS DE CÁLCULO", implicava a alteração das respetivas cláusulas do contrato.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

1. Alteração do Plano de Investimentos com novas redes e equipamentos que vão permitir o aumento da cobertura e um tratamento mais eficaz dos efluentes, nomeadamente Barca do Pego, Bicas, Cabrito, Coalhos, Fojo e Tubaral, aumento da capacidade da ETAR Carochos/Fontinha e encaminhamento dos efluentes de Carreira do Mato e Aldeia do Mato para Martinchel. O aumento do Plano de Investimentos passa de 8.063.677 para 9.851.015 euros.
2. Inclusão da gestão do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais.
3. Criação de um tarifário social.

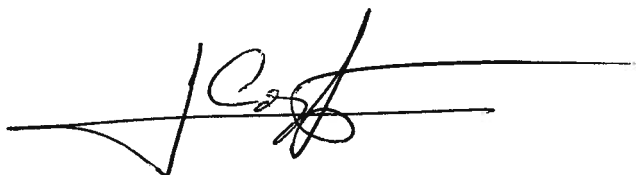
4. Criação do tarifário para famílias numerosas.

MEDIDAS PARA COMPENSAÇÃO DA CONCESSÃO

1. Aumento do período de concessão de 25 para 30 anos, de forma a reduzir o impacto da subida de tarifas nos utilizadores finais.
2. Redução dos custos de gestão e retribuição a pagar pela concessionária à Concedente de 2% para 0,5% no caso dos custos de gestão e de 1% para 0% no caso da retribuição. Esta alteração visa o pagamento direto por parte da Câmara Municipal de Abrantes à Abrantáqua pelos custos de gestão, manutenção e operação da rede de drenagem de águas pluviais, dando cumprimento ao nº 2 do artigo 32º do Decreto-Lei nº 194 de 2009, que determina que os serviços de gestão de águas pluviais sejam remunerados diretamente pela concedente e não pelo tarifário.
3. Alteração da estruturação tarifária que servirá de base à Concessão de acordo com as orientações da entidade reguladora – ERSAR e o aumento médio das tarifas em 8,90%, para salvaguarda da TIR da concessionária tendo em conta os novos investimentos. Quer o aumento extraordinário quer a alteração da estrutura tarifária são de aplicar com a entrada em vigor do novo contrato.

Abrantes, 26 de setembro de 2012.

O Presidente do Conselho de Administração





**REVISÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS
URBANAS NO MUNICÍPIO DE ABRANTES**

Declaração de voto (CONTRA)

Reunião extraordinária de 4 de Outubro de 2012



Antes de mais, queremos aqui deixar expresso o nosso protesto pelo facto de os documentos relativos a esta reunião extraordinária do executivo da Câmara Municipal de Abrantes, alguns dos quais com mais de 100 páginas, nos terem sido facultados de véspera e não com, pelo menos, 48 horas de antecedência.

Com efeito, não nos podemos esquecer que os vereadores eleitos pelo PSD trabalham durante todo o dia, pelo que só à noite têm disponibilidade para preparar as reuniões.

Acresce que os documentos relativos a esta reunião, para além de serem muito extensos, são tecnicamente complexos, pelo que exigem muito tempo para serem analisados, o que torna praticamente impossível de o fazer, mesmo que se faça uma directa (que foi precisamente o que tivemos de fazer), tendo até em conta que a reunião foi marcada para as 9H30.

Do que nos foi dado a ler e da análise possível efectuada, podemos destacar o seguinte:

(I) o contrato de concessão e exploração foi assinado em 1 de Agosto de 2007, tendo-se iniciado o funcionamento normal do mesmo a 25 de Janeiro de 2008.

Nesse contrato foi assegurada uma taxa interna de rentabilidade de cerca de 9,6%.

Ora, este tipo de contratos, assegurando rentabilidade certa aos concessionários, independentemente das circunstâncias provenientes, e assegurando mecanismos que a mantenham, seja por meio de transferências, indemnizações compensatórias, aumento de tarifários, seja por qualquer outro meio é, na verdade, uma transferência desigual e imoral de risco de negócio.

Assim é fácil ser empresário.



Ainda por cima com taxas de rentabilidade quase “extra-terrestres”, face à conjuntura económica actual.

Este cenário sugere-nos, por demais, outros contratos (a escala diferente) mas que, actualmente, estão a ser analisados, criticados e até objecto de investigação.



(II) Por outro lado, sob o piedoso pretexto de promover um conjunto de medidas de carácter social em termos de tarifários, entre outros considerandos, vai-se, na prática, promover um aumento médio das tarifas em cerca de 8,9%, para salvaguarda da TIR da concessionária, prevendo-se, além disso, um aumento imoral de distribuição de dividendos, quer em termos absolutos, quer em termos médios anuais.



(III) No ponto 3.5 da comunicação da ERSAR, lê-se que «*no anexo VI é mantida a regra de incrementar em 3% ao ano (para além da actualização prevista em função do IHPC) a componente variável das tarifas, aplicadas com base no consumo de água*».

Ora, como imediatamente a seguir se afirma que «*os outros aspectos apontados pela ERSAR foram corrigidos*», infere-se que este ponto em concreto o não foi.

Aliás, este aspecto é também focado no anexo VI, processo de revisão das tarifas e, em lado algum, encontramos fundamento económico e/ou outro para esta actualização sobre a do IHPC.

(IV) Sendo certo que, na mesma comunicação, a ERSAR refere que o aumento extraordinário do tarifário previsto em 13,4% é penalizador para os utilizadores finais, podendo ser revista a trajectória tarifária.

Esta opinião é reforçada no ponto 4, conclusões dessa mesma comunicação.

(V) Por sua vez, face à apresentação de um documento da concessionária onde se indica que irá ser apreciada em Assembleia Geral, nos próximos 30 dias, um aumento de capital para 500.000€, parece-nos evidente de que o processo deveria ser inverso, ou seja, efectuar, primeiro, o aumento de capital e, depois, renegociar o acordo.

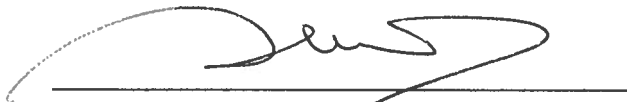
(VI) Acresce que, obrigando o ponto 4 da cláusula 14ª do acordo a concessionária a apresentar uma relação em termos de contas anuais de, pelo menos, 15% na razão (CPróprios + dívida subordinada / activo líquido), devia constar a informação se o mesmo tem sido cumprido.

(VII) Finalmente, analisando o anexo V, com o tarifário de 2012, basta uma simples simulação de valores para verificar que os benefícios anunciados são mínimos e que os consumos não domésticos e das autarquias apresentam um tarifário menor ou igual a alguns dos escalões das tarifas social e de famílias numerosas agora apresentados.


Face a estes considerandos, às dúvidas que o documento nos suscita e tendo até em conta o pouquíssimo tempo que dispusemos para o analisar, os vereadores eleitos pelo PSD não estão disponíveis para sacrificar ainda mais a generalidade dos munícipes com o único objectivo (as alegadas preocupações com as tarifas sociais servem apenas engodo para esconder o anzol) de assegurar uma taxa interna de rentabilidade e aumento de distribuição de dividendos por parte da concessionária, numa óptica de divisão leonina dos riscos do projecto.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra esta proposta de revisão de contrato de concessão do serviço de águas residuais urbanas no Município de Abrantes.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)